ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 173, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 1996

Aos quatro dias do mês de dezembro, do ano de mil novecentos e noventa e seis, às dezenove horas e trinta minutos, reuniu-se ordinariamente o Poder Legislativo em Sua Sede, sob a Presidência do vereador Carlos Henrique Schaeffer, estando ainda presentes os seguintes edis: Francisco Exner, João Adelmo Welter, Renato José Schneider, Gilson Dahl, José Führ, Arlindo Vogel, Roque Danilo Exner e Agenor Eloir Schmidt. O Presidente declarou aberta a Reunião, e solicitou de imediato, ao Secretário da Mesa Diretora, vereador Roque D. Exner, a procedência da leitura da Ata da reunião anterior. Colocada em discussão, foi a mesma aprovada por unanimidade. Pediu ainda o Presidente da Mesa Diretora, ao Secretário, que procedesse a leitura da Ata da reunião da Comissão encarregada de analisar o orçamento para 1997, realizada em 27 (vinte e sete) de novembro, último, passado. Colocada em discussão, e não havendo objeções, foi a mesma aprovada por unanimidade.

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA - Da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Ivoti, convite para participação do terceiro seminário sobre o programa interativo de mobilização comunitária em educação especial promovido pela FEPLAN com o apoio da APAE; Da Frente Gaúcha em defesa da CRT, boletim informativo sobre o processo de venda de ações da CRT; Da Fundação Oswaldo Cruz, revista Dados-Radis Nº 20-Novembro/1996; Da União dos Vereadores do Rio Grande do Sul - UVERGS, Of.Circ.NQ077/96-GP/SE convidando os vereadores a participarem do décimo oitavo encontro estadual de Vereadores de Câmaras Municipais do Rio Grande do Sul a realizar-se nos dias 11, 12 e 13 de dezembro do corrente ano, no auditório da Prefeitura Municipal de Tramandaí; Do Poder Executivo o Of.º 126/Gab/96, solicitando a retirada do Projeto de lei que trata do Plano de Classificação de Cargos para os servidores Municipais e encaminhando o Projeto de Lei substitutivo com a ementa: Estabelece novo plano de classificação de cargos para os servidores públicos municipais, e da outras providências.

ORDEM DO DIA - Houve a votação dos seguintes Projetos: Projeto de Lei Nº 29/96, que orça a receita e fixa a despesa do Município de Presidente Lucena-RS para o exercício de 1997 e de outras providências. Expôs o relator da comissão que o analisou que o parecer da Comissão é favorável. Em votação o Projeto, foi o mesmo aprovado por unanimidade em 1ª (primeira) votação; Projeto de Lei Nº 30/96, que dispõe sobre pagamento de diárias, e da outras providências. Disse o relator do Projeto, que gostaria que o conteúdo do mesmo fosse discutido antes desse ser colocado em votação, sendo o relator do mesmo, o vereador Renato José Schneider. Disse o vereador Renato J. Schneider que exigia uma explicação quanto ao parágrafo 1º (primeiro) do artigo 2º (segundo), pois não via a necessidade de ser aumentado em 100% (cem por cento) o valor das diárias, para o Prefeito, Vice-Prefeito e ocupantes de cargo em comissão, se o valor seria o suficiente aos demais funcionários. Falou no momento o vereador Gilson Dahl, que se unia ao vereador Renato J. Schneider no pedido de informações, pois que no Artigo 1º (primeiro) consta que o Projeto estabelece diárias ao Prefeito, Vice-Prefeito e no parágrafo 1º (primeiro) do artigo 2º (segundo), consta que para os citados, o valor seria reajustado em 100% (cem por cento) o que fazia lhe parecer o Projeto, bastante confuso. Explicou o Presidente da Mesa Diretora que no Artigo 1º (primeiro) consta que serão pagas diárias ao Prefeito, Vice-Prefeito e servidores do Município, enquanto que no parágrafo 1º (primeiro) do artigo 2º (segundo) consta que serão pagas diárias ao Prefeito Vice-Prefeito e servidores ocupantes de cargos em comissão. Comentou o relator do Projeto, vereador Renato J. Schneider, que escutara no noticiário que 80 (oitenta por cento) das Prefeituras nem sequer dispõem de recursos para pagar o 13º (décimo terceiro) salário aos funcionários e que seria importante observar onde é gasto o dinheiro público, pois mesmo essa Prefeitura não estando incluída nesse percentual daquelas que estão em dificuldades, seria muito importante controlar os gastos. Pois certamente esse Município é um dos que possui menor renda no Estado, mas mesmo assim estando em dia com as obrigações salariais. Só que se houvesse gastos de forma descontrolada, em breve o Município também estaria na mesma situação. E que então, não somente o Prefeito levaria a culpa, mas também os vereadores. Expos o vereador Francisco Exner, que o presente projeto não trazia nada de novo, pois naquele aprovado no ano de 1993 (mil novecentos e noventa e três) também constava esse tratamento diferenciado ao Prefeito, Vice-Prefeito e ocupantes de cargo em comissão, pois os mesmos tendo muito mais responsabilidades e compromissos. Comentou o vereador Renato J. Schneider, que na qualidade de vereador, também é servidor público, e que trabalha para o bem da população. E, que se

preocupa com aquelas pessoas humildes, pobres e desamparadas que muitas vezes não se sabem defender. Falou o vereador Renato J. Schneider, relator do Projeto, que daria seu parecer nessa sessão, que não iria segurar o Projeto, mas que queria receber mais informações sobre o discutido, na próxima sessão. Em seu parecer se manifestou favorável ao Projeto. Expôs o vereador Francisco Exner que somente foram alterados os valores nesse projeto em relação ao que está em vigor e tendo esse vigorado por 4 (quatro) anos não via a necessidade de agora ser alterado. Comentou o vereador Agenor E. Schmidt, que certamente, ninguém faria viagem que não fosse necessária. Falou o vereador Arlindo Vogel, que a seu ver, esse Projeto fora mal elaborado. Pois não sabia o porquê do Artigo 1º (primeiro) se o parágrafo 1º (primeiro) do Artigo 2º (segundo) falava outra coisa. Disse o vereador Francisco Exner, que talvez o vereador Arlindo Vogel não entendera bem a redação do Projeto, mas essa estava bem clara. Pois no Artigo 1º (primeiro) dizia que seriam pagas diárias ao Prefeito, Vice-Prefeito e servidores do Município, enquanto que o parágrafo 1º (primeiro) do Artigo 2º (segundo) dizia que seriam pagas diárias ao Prefeito, Vice-Prefeito e servidores ocupantes de cargo em comissão. Portanto, os servidores municipais são todos os funcionários da Prefeitura e ocupantes de cargos em comissão são os secretários. Disse então o vereador Renato J. Schneider, que justamente nesse ponto estava sua dúvida, pois não sabia o que justificaria esse acréscimo, visto não constarem despesas diferentes a esses, no Projeto. Pediram ainda os vereadores José Führ e Gilson Dahl que fossem obtidas as devidas informações a fim de que fossem dirimidas todas as dúvidas na próxima sessão. Em votação o Projeto foi o mesmo aprovado por 7 (sete) votos a favor e um voto contra, em 1ª (primeira) votação. Se manifestou contrário ao Projeto, o vereador Arlindo Vogel; Projeto de Lei N° 31/96, que estabelece o zoneamento da cidade de Presidente Lucena e fixa os valores venais dos imóveis situados na zona urbana do Município para fins de pagamento de IPTU. Expôs o vereador Gilson Dahl, relator do Projeto, que esse sempre causava discussões, pelo fato de envolver dinheiro, e mesmo que o valor fosse pequeno, sempre haveria gente reclamando, não importando se fosse contribuição para a Prefeitura, escola, clube ou igreja. Distribuiu no instante, o vereador Gilson Dahl, duas folhas contendo cálculos sobre valores de IPTU. Explicou o relator, vereador Gilson Dahl que no ano de 1995 (mil novecentos e noventa e cinco) e 1996 (mil novecentos e noventa e seis) os valores já apareceram em reais. E que do ano de 1995 (mil novecentos e noventa e cinco) para o ano de 1996 (mil novecentos e noventa e seis) houve um aumento médio de 17,5% (dezesete e meio por cento). Expôs ainda o vereador Gilson Dahl que do ano de 1996 (mil novecentos e noventa e seis) para o ano de 1997 (mil novecentos e noventa e sete) estão previstos os seguintes aumentos para o imposto territorial: na 1ª (primeira) zona aumento de 2,6% (dois vírgula seis por cento); na 2ª (segunda) zona, aumento de 3,74% (três vírgula setenta e quatro por cento); na 3ª (terceira) zona, aumento de 12,60 (doze vírgula sessenta por cento); na 4ª (quarta) zona, aumento de 2,16 (dois vírgula dezesseis por cento); na 5ª (quinta) zona, aumento de 101,30 (cento e um vírgula trinta por cento). Falou o vereador Gilson Dahl, que se informara do motivo desse aumento de mais de 100% (cem por cento), e que lhe fora dito que devia pôr o valor cobrado em anos anteriores ter sido tão pequeno que quase não valia a pena emitir recibo. E que essa 5ª (quinta) zona eram as ruas, não abertas, mas projetadas, onde somente havia dois ou três contribuintes sendo desses cobrado por terem retirado a área do INCRA. Para pagamento do imposto predial para o próximo ano, expôs o relator, haveria os seguintes reajustes: residências de Alvenaria: Categoria superior haveria o aumento de 6,3% (seis vírgula três por cento); 1ª (primeira) categoria, reajuste de 7,70% (sete vírgula setenta por cento); 2ª (segunda) categoria, aumento de 6,20 (seis vírgula vinte por cento); 3ª (terceira) categoria, aumento de 6,90% (seis vírgula noventa por cento). Para residências de madeira haveria os seguintes reajustes: categoria superior, aumento de 7,10 (sete vírgula dez por cento); 1ª (primeira) categoria, aumento de 7,70 (sete vírgula setenta por cento); 2ª (segunda) categoria, aumento de 7,20 (sete vírgula vinte por cento); 3ª (terceira) categoria, aumento de 7 (sete por

cento). E, para residências mistas, haveria os seguintes aumentos: categoria superior, aumento de 7 (sete por cento), 1ª (primeira) categoria, aumento de 6,80 (seis vírgula oitenta por cento); 2ª (segunda) categoria, aumento de 6,90 (seis vírgula noventa por cento); e na 3ª (terceira) categoria, aumento de 6,80 (seis vírgula oitenta por cento). Ainda explicou o relator do Projeto, vereador Gilson Dahl, que o projeto que define os valores a serem cobrados no próximo ano os

apresenta em UFIRS, e que para chegar ao valor a ser pago em reais, haveria necessidade de ser feito um cálculo. Sendo esse o seguinte: área corrigida vezes o valor do metro quadrado que é igual ao valor venal do terreno e o imposto sendo 1 (um por cento) desse valor. E para obter-se a área corrigida seria necessário multiplicar a largura do terreno pela raiz quadrada da profundidade. E o valor do metro quadrado se obteria, multiplicando o valor da UFIR pelo número de UFIRS. Como exemplo, calculou o relator, o imposto de um terreno com área de 360m² (trezentos e sessenta metros quadrados) o qual resultou no valor de R\$28,45 (vinte e oito reais e quarenta e cinco centavos). Sendo que foi considerado esse terreno estar localizado na 1ª (primeira) zona, onde há asfalto, energia elétrica, telefone, abastecimento de água e recolhimento de lixo. Apresentou também o relator, o valor do imposto, no caso de haver residência de alvenaria construída sobre o terreno nas dimensões do citado anteriormente, tendo resultado o imposto em R\$25,10 (vinte e cinco reais e dez centavos), considerando ser a casa de categoria superior. Expôs ainda o vereador Gilson Dahn, que caso essa mesma casa fosse da 1ª (primeira) categoria, o imposto seria de R\$19,39 (dezenove reais e trinta e nove centavos). E se fosse da 2ª (segunda) categoria, o valor do imposto seria de R\$17,27 (dezessete reais e vinte e sete centavos). E se fosse da 3ª (terceira) categoria, o valor do imposto seria de R\$14,22 (quatorze reais e vinte e dois centavos). Informou ainda, o vereador Gilson Dahl os valores do imposto, para casa de madeira e casa mista, considerando serem as mesmas na área de cem metros quadrados, edificadas sobre terrenos com área de 360m² (trezentos e sessenta metros quadrados), e o valor do imposto de terreno na área citada nas demais zonas. Falou o vereador Gilson Dahl, relator do Projeto, que o valor da UFIR permaneceria até o final do ano, quando sofreria um pequeno reajuste. Em seu parecer, o relator, vereador Gilson Dahl, se manifestou favorável ao Projeto. Disse o vereador Agenor E. Schmidt, que nesse Município o imposto é baixo, pois que no Município de Lagoa dos Três Cantos a população pagava por terreno localizado na terceira rua paralela à avenida, o valor de R\$118,00 (cento e dezoito reais). Em votação o Projeto, foi o mesmo aprovado por unanimidade em 1ª (primeira) votação; Projeto de Lei N° 32/96, que estabelece novo plano de classificação de cargos para os servidores públicos municipais, e dá outras providências. Explicou o relator, vereador Francisco Exner, que houve acréscimo de dois cargos, sendo eles, o de telefonista-recepcionista, onde só havia o de telefonista, e o de agente administrativo. Sendo esses, para cargos efetivos, e para cargos em Comissão o Projeto acrescenta os cargos de Chefe de Gabinete e Secretário da Junta de Ser-

----- .

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N° 173 - CONTINUAÇÃO - FOLHA 04

viço Militar. Disse o vereador Francisco Exner, que atualmente o funcionário Frederico Schmitzhaus exerce a função de Secretário da Junta de Serviço Militar sem ser pago pela mesma, mas podendo ser, a partir do momento em que o Projeto estiver aprovado. Em seu parecer se manifestou favorável ao Projeto, o relator, vereador Francisco Exner. Comentou ainda o vereador Arlindo Vogel, que não via a necessidade de haver Chefe de Gabinete, pois o próximo Prefeito teria a Assessora Jurídica para auxiliá-lo, sendo um gasto desnecessário, empregar pessoa nessa função. Em votação o Projeto, foi o mesmo aprovado por unanimidade em 1ª (primeira) votação; Projeto de Lei N°33/96, que estabelece a nova estrutura administrativa básica da Prefeitura Municipal de Presidente Lucena, e dá outras providências. Explicou o relator, vereador Francisco Exner, que o presente Projeto estabelece as funções de cada órgão da Prefeitura. Em seu parecer se manifestou favorável ao Projeto. Em votação o Projeto, foi o mesmo aprovado por unanimidade em 1ª (primeira) votação; Projeto de Decreto Legislativo N° 05/96 que dispõe sobre a concessão de diárias e indenização de despesas de locomoção a vereadores e servidores da Câmara Municipal e dá outras providências. Expôs o relator, vereador Roque D. Exner, que o valor atual das diárias realmente é muito baixo, não cobrindo as despesas que há quando da realização de viagem, portanto justificando-se a elaboração de Projeto com valores que atendem os reais necessidades. Em seu parecer se manifestou favorável ao Projeto. Falou o vereador Renato J. Schneider, que esse Projeto tal qual o que reajusta as diárias do Poder Executivo, possui o parágrafo 1º (primeiro) do Artigo 2º (segundo) que diz, serem as diárias do Presidente e Vice-Presidente, acrescidas de 100 (cem por cento) quando em viagens realizadas por esses. Disse o vereador José FUhr, que os demais vereadores também teriam as mesmas despesas, não se justificando esse parágrafo. Comentou o vereador Francisco Exner, que o Presidente e o Vice-Presidente, como representante~ do Poder Legislativo, sempre tem despesas a mais que os demais vereadores. Expôs o vereador Renato J. Schneider, que o Projeto somente fala em despesas com alimentação, pernoite e deslocamentos, não tratando de outras despesas. E, que não entendia porque teria que ter esse tratamento diferenciado'

ao Presidente e Vice-Presidente, se para os demais serviam os valores constantes do Projeto. Pediu ainda o vereador Renato J. Schneider, que lhe fossem dadas maiores informações na próxima sessão, sobre o Projeto. Comentou ainda o vereador José FUhr, que se vereador viajasse a interesse da Câmara, não importaria se fosse o Presidente ou outro, pois o benefício seria igual. Pediram também os vereadores Gilson_Dahl e José_FUhr, que maiores informações lhes fossem fornecidas na próxima sessão. Em votação o Projeto, foi o mesmo aprovado por sete votos a favor e um voto contra. Se manifestou contra o Projeto, o vereador Arlindo Vogel.

EXPOSIÇÕES PESSOAIS

Pedi no instante, o vereador Agenor E. Schmidt, que fosse enviada correspondência ao Poder Executivo, agradecendo pela reforma de algumas escolas municipais, em especial pela reforma executada na Escola Governador Roberto Silveira. Ainda pediu o vereador Agenor E. Schmidt, que fosse enviada correspondência ao Secretário de Obras, agradecendo-lhe pelo atendimento de solicitação que fizera. Comentou na oportunidade, o vereador Renato J. Schneider, que a atual Administração estava chegando a seu final, e que constantemente, munícipes lhe perguntavam como estava a situação financeira da Prefeitura, e não podendo responder por também não o saber. Portanto, considerando o mesmo, pediu que fosse enviada correspondência ao Poder Executivo, solicitando que informasse a situação financeira da Prefeitura. Comentou o vereador José FUhr, que ultimamente fizera vários pedidos e que não fora atendido. E que não acha correto que certas melhorias não sejam realizadas discriminando parcela da população. Pediu ainda, que fosse enviada correspondência ao Poder Executivo, solicitando que, se não quisessem realizar as obras por sua pessoa, que ao menos executassem as melhorias pela popu-